



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 13/2012 -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **27 de junho de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.276.815,07 € (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e quinze euros e sete cêntimos)**, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

-----**1.1.1 – INFORMAÇÕES DIVERSAS**-----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião na CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, dando conta que a mesma visou essencialmente informar todos os Presidentes das autarquias parceiras daquela comunidade da decisão tomada recentemente pelo Governo relativamente à tentativa de recuperar 250 milhões de euros do Quadro Comunitário, para aplicações de âmbito social, uma vez que estava em causa a anulação de verbas que já haviam sido canalizadas para as autarquias destinadas à concretização de projetos, alguns já em fase de execução. Informou que no que se refere ao Município de Oliveira do Hospital foi informado de que a intenção era retirar a verba (120.000,00 €) que havia sido disponibilizada para execução da empreitada de “Requalificação Urbanística da Avenida D. Manuel I e da Avenida Nova em Ervedal da Beira”, frisando que se opôs determinantemente àquela decisão pelo facto da obra em causa já estar concluída fisicamente. -----

-----Sobre o assunto prestou ainda informações adicionais, nomeadamente no que se refere a decisões relacionadas com outras autarquias, ao que o vereador Mário Alves referiu que “tudo isto mais razão vem dar àquilo que tenho vindo a dizer sobre a utilização de dinheiros públicos, desde a atribuição de subsídios a outras questões que temos vindo a abordar e que não têm tido quaisquer consequências”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara disse ter percebido que, neste momento, o Governo é contra a realização de obra física ao que o vereador Mário Alves discordou referindo que “o Governo não é contra a realização de obra física, não tem é disponibilidade financeira para a obra física”. -----

-----O Presidente da Câmara manifestou no entanto a sua preocupação pois considera que este tipo de decisões poderá pôr em causa o setor da construção civil.-----

-----Deu igualmente conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da Águas do Zêzere e Côa, que teve lugar no passado dia 18 de junho, para análise e discussão do estudo que está a ser realizado por aquela entidade relativamente aos sistemas de abastecimento de água em baixa.- -----

-----A pedido do Presidente da Câmara o vereador Paulo Rocha prestou ainda informações adicionais relativamente a este assunto. -----

-----O Presidente da Câmara mais informou que, por força de vários problemas que têm vindo a surgir na ETAR de Alvôco das Várzeas, derivado ao baixo caudal e ao número elevado de sólidos que são deitados na rede em baixa, a empresa Águas do Zêzere e Côa deu conhecimento à Câmara Municipal que irá efetuar uma alteração no sistema daquele equipamento que permita reter o maior volume de sólidos. -----

-----O vereador Mário Alves disse verificar que não está a ser feita a manutenção da funcionalidade daquele equipamento, sublinhando que o mesmo acontece com a ETAR de Oliveira do Hospital pois já percebeu que nenhum dos arejadores lá instalados está a funcionar a determinadas horas. Mais referiu que, na sua opinião, no que se refere à ETAR de Alvôco das Várzeas, aquilo que se pretende fazer não resolve o problema, entendendo assim que, neste momento, o mais prioritário é resolver os problemas da poluição. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

-----**1.2.1 – UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO**-----

-----O vereador José Carlos Mendes alertou a Câmara Municipal para o facto de verificar que na localidade de Caldas de São Paulo, freguesia de Penalva de Alva, há bens do domínio público que estão a ser usurpados por particulares, sublinhando que, na sua opinião, a Câmara Municipal deve ordenar aos serviços de fiscalização que se desloquem ao local para averiguar tal situação. Disse estar em causa um caminho público de acesso ao rio, mais propriamente à nascente de água sulfurosa, salientando que “não tem razão de ser pois trata-se de um caminho que sempre foi público e que até, recentemente, foi calcetado pela respetiva junta de freguesia”. Mais referiu que já não é a primeira vez que este tipo de situações acontece naquela localidade, reconhecendo no entanto que, agora, a indignação das pessoas é muito maior tanto mais que a população está a reunir-se no sentido de apresentar um abaixo-assinado, quer à Junta de Freguesia, quer à Câmara Municipal. Considera que estando em causa um bem do domínio público deve ser defendido por quem de direito, ou seja, a Câmara Municipal. -----

-----O Presidente da Câmara disse desconhecer a situação em apreço, garantindo no entanto que ordenará à fiscalização municipal que se desloque ao local a fim de averiguar a irregularidade descrita. -----

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves lembrou que a Câmara Municipal atribuiu à Junta de Freguesia de Penalva de Alva um subsídio como apoio ao calcetamento do caminho em causa, salientando que aquela autarquia deveria intervir de imediato retirando os elementos que entretanto lá foram colocados para delimitação.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

1.3 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----**1.3.1 – REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12 DE JUNHO DE 2012**-----

-----O vereador Mário Alves reportou-se à reunião da Câmara Municipal realizada no passado dia 12 de junho, nomeadamente no que se refere à discussão havida acerca das despesas tidas com as telecomunicações, reformulando ao Presidente da Câmara o pedido de uma listagem completa de todas as pessoas que utilizam telemóveis pagos pelo Município bem como a respetiva faturação relativa ao ano de 2011. -----

-----Ainda no âmbito da referida reunião e no que se refere aos custos de execução do “buraco” da Carvalha, o vereador Mário Alves dirigiu-se ao vereador José Francisco Rolo referindo estar à espera que fosse ele que, na dita reunião da Câmara Municipal, lhe dissesse quanto é que custou a execução daquele “buraco” uma vez que agora tem acesso a toda documentação, dando-lhe um prazo de dois meses para prestar aquela informação. -----

-----Quanto à questão das dívidas da Câmara Municipal, também abordada na dita reunião, o vereador Mário Alves, dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que “quando o senhor sair daqui vai deixar dívidas para os outros pagarem e quando eu entrei nesta Câmara Municipal, em 1994, herdei uma dívida de 1.671.000 contos mas quando saí deixei-lhe muito menos que isso”. Mais referiu que “a atividade autárquica é uma atividade continuada”, lembrando que “se não lhe tivesse deixado algumas obras lançadas o senhor, nesta altura, estava com problemas mais graves para responder ao concelho porque tinha perdido muito mais verbas no âmbito do QREN”. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao vereador Mário Alves respondeu que “a listagem das pessoas que utilizam telemóveis pagos pelo Município bem como a respetiva faturação relativa ao ano de 2011, ser-lhe-á entregue”. Esclareceu no entanto que o erro que ocorreu na fatura em causa não correspondia a despesas de telemóvel mas sim de internet, sublinhando que, da análise que efetuava mensalmente, quem, habitualmente, mais gastava de telemóvel era a vereadora Graça Silva e não o vereador José Francisco Rolo. -----

-----O vereador Mário Alves disse ter-se tratado de um equívoco, afirmando que desconhecia a existência da dita fatura. Mais referiu que “o Sr. Presidente esqueceu-se que aquando da aprovação das Contas, já na altura, falei sobre as telecomunicações por considerar que os valores faturados eram excessivos”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que quando falou em “dívida” não queria referir-se à dívida global da Câmara Municipal, mas sim ao que havia sido feito no âmbito da reformulação do QREN, sublinhando no entanto que “é uma questão que também deixaria para ser discutida numa próxima reunião pública da Câmara Municipal”. -----

-----O vereador José Francisco Rolo referiu que, no que se refere aos custos de telecomunicações e aos gastos por si efetuados, o Sr. Presidente da Câmara pode e deve divulgar junto dos senhores vereadores essa informação, frisando que “quanto a isso estou à vontade e de consciência tranquilíssima”. -----

-----Quanto ao desafio que lhe fora lançado pelo vereador Mário Alves, referiu que, “isto até soa a transferência de responsabilidades”. -----

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves prosseguiu referindo que “eu desafiei-o várias vezes no anterior mandato, através de requerimentos, a trazer esses números. Ao longo de dois anos não o fez e, agora, ao fim de dois anos do novo mandato desafia-me a mim a revelar os números que durante dois anos lhe pedi. Julgo que não faz sentido e por essa razão fique descansado senhor vereador porque não irei à procura de valores ou faturas porque não tenho interesse nisso”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Reportando-se à última reunião da Câmara Municipal referiu que “houve ali uma série de incidentes, de coisas que foram sendo proferidas e que eu preferia que não tivessem acontecido e gostaria de dar esse incidente por encerrado. Ainda assim, cá estou de forma franca e frontal para dizer também aquilo que penso em todo e qualquer combate político”. -----

-----O vereador Mário Alves dirigindo-se ao vereador José Francisco Rolo referiu que “lancei-lhe um desafio para o senhor perceber o porquê da minha posição e, portanto, agradecia que o fizesse”, ao que o vereador José Francisco Rolo afirmou que “dou o assunto por encerrado”. -----

-----O Presidente da Câmara disse lembrar-se que o Sr. António Lopes se queixava muitas vezes que no anterior mandato pedia muita informação, que lhe era sonogada, ao que o vereador Mário Alves discordou referindo que “isso não é verdade”. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “o senhor é tão bom exemplo que a certa altura me pediu elementos, sobre o custo do meu gabinete de apoio pessoal, que lhe foram fornecidos, e esqueceu-se que, atualmente, o Sr. Presidente da Câmara tem quase o dobro da despesa que eu tinha, com esse gabinete. Portanto, é só para ver onde é que está o critério, o que é que pode servir de exemplo e o que é um mau exemplo daquilo que é a atividade política e dos protagonistas políticos”, ao que o Presidente da Câmara referiu que “não tenho nada que a lei não me permita”. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “eu não disse isso porque, há data, eu também não tinha nada que a lei não permitisse”. Esclareceu que “eu falei de um senhor que me veio questionar, na sua qualidade de deputado municipal pois tinha todo o direito de o fazer, sobre o custo do meu gabinete de apoio pessoal e, na altura, foi-lhe respondido. A mesma pessoa, hoje, é presidente do órgão, mas, pelos vistos, não está preocupada com o custo do gabinete de apoio pessoal do atual Presidente da Câmara”, frisando que apenas pretende exemplificar aquilo que é a coerência e a boa prática política. Acrescentou que “seria lógico que a mesma pessoa, hoje, tivesse alertado o Sr. Presidente da Câmara para a composição do seu gabinete de apoio pessoal”. Disse assim entender que “este é que seria o posicionamento normal e natural de quem é Presidente do Órgão Deliberativo do Município”, clarificando que “não quero é que pense que eu disse que tem alguma “coisa” ilegal porque não foi isso que eu disse”.-----

-----**1.3.2 – PESSOAL CONTRATADO PELA ADESA**-----

-----Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, o vereador Mário Alves acusou a receção da informação solicitada em anteriores reuniões, referindo que só se pronunciará sobre a mesma na próxima reunião pública da Câmara Municipal.-----

2 - ORDEM DO DIA-----

2.1 - LICENCIAMENTO PARA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO MUNICIPAL:-----

-----**2.1.1 - GILBERTO JORGE MARQUES DA SILVA - "RITUAL BAR"**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a renovação da licença para ocupação do domínio público com esplanada, com a área de 3m², junto ao seu estabelecimento denominado “Ritual Bar”, sito na Praceta Cid Telles, 14-A – R/C, em Oliveira do Hospital, para o período de 1 de julho a 30 de setembro de 2012. -----

-----Depois de analisado, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

voto contra do vereador Mário Alves, que declarou manter a sua posição tida em anos anteriores relativamente a esta matéria, deferir o pedido, condicionado a que a esplanada em causa encerre, durante a semana e aos domingos a partir das 23:00 horas e às sextas-feiras e sábados a partir das 00:00 horas, devendo a mesma, no entanto, não interferir ou inviabilizar a circulação de peões, bem como evitar quaisquer manifestos de poluição sonora visando a salvaguarda do descanso da população ali residente. -----

-----**2.1.2 - LARYSSA DOURADO DA SILVA**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a renovação da licença para ocupação do domínio público com esplanada, com a área de **6m²**, no seu estabelecimento de Café Snak Bar denominado “Chorão”, sito no Largo Engº Figueiredo e Castro nº 4- 2º Esqº, na freguesia de Santa Ovaia, neste concelho, para o período de junho a setembro de 2012. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

-----**2.1.3 - TERESA MARIA HENRIQUES MARQUES**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a renovação da licença para ocupação do domínio público com esplanada, com a área de **9m²**, junto ao seu estabelecimento de mercearia denominado “Sabores do Campo”, sito no Largo Engº Figueiredo e Castro, 4 B, na freguesia de Santa Ovaia, deste concelho, para o período de junho a setembro de 2012. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

2.2 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:-----

-----**2.2.1 - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL DE PENALVA DE ALVA**-----

D.A.G.F./Proc. 47/1

-----Tendo presente a carta, datada de 21 de junho de 2012, remetida pela entidade acima identificada, a Câmara Municipal, por proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, isentar o Centro de Desenvolvimento Sócio-Cultural de Penalva de Alva, do pagamento das despesas inerentes à construção de um ramal de saneamento na obra de construção de um Equipamento Recreativo e Social, a levar a efeito por aquela instituição no lugar e freguesia de Penalva de Alva, no montante de 282,15 € (duzentos e oitenta e dois euros e quinze cêntimos), conforme solicitado. -----

2.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----

A) INSTITUIÇÕES:-----

-----**A-1) AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**-----

D.A.G.F./Proc.47/1

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes apoios aos Agrupamentos de Escolas do concelho para a concretização das atividades de encerramento de ano letivo, a pagar de imediato, lembrando que os valores ora propostos foram objeto de uma redução significativa em relação aos montantes atribuídos no ano de 2011: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	APOIO ÀS ATIVIDADES DE ENCERRAMENTO DE ANO LETIVO
BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS	1.000,00 €
CORDINHA	1.000,00 €
LAGARES DA BEIRA	500,00 €
VALE DO ALVA	500,00 €
TOTAL	3.000,00 €

-----Ainda sobre este assunto, a vereadora Graça Silva esclareceu que a distribuição dos montantes propostos foi feita tendo em conta o tipo de atividades desenvolvidas por cada um dos agrupamentos de escolas. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que a proposta apresentada “não faz qualquer sentido”, salientando que “esta proposta está desfasada relativamente àquilo que são os respetivos agrupamentos, ou seja, propõe-se a atribuição de 1.000,00 € para o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas e 1.000,00 € para o Agrupamento de Escolas da Cordinha”. Lembrou que, neste caso, o Agrupamento de Escolas da Cordinha representa tanto como os Agrupamentos de Escolas de Lagares da Beira e do Vale do Alva”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que o critério utilizado não foi o número de alunos mas sim o tipo de atividades realizadas, discordando da posição ora manifestada pelo vereador Mário Alves. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “estes aspetos, para quem fizer a análise, serão ponderados para o bem e para o mal”. -----

-----A vereadora Graça Silva lembrou que os valores ora propostos foram objeto de uma redução significativa em relação aos montantes atribuídos nos anos anteriores e explicou que os critérios utilizados tiveram em conta a dinâmica das atividades que o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas tem vindo a desenvolver, realçando a dimensão e a logística que implica a realização do “Arraial Beirão” bem como o esforço que é feito por aquele agrupamento para conseguir expor todos os trabalhos que ao longo do ano foram sendo concretizados pelos alunos. ---

-----Disse que, no caso do Agrupamento de Escolas da Cordinha, está em causa um investimento mais elevado atendendo a que as atividades decorreram numa dinâmica que se mantém há muitos anos, ou seja, durante três dias (sexta-feira, sábado e domingo). -----

-----Quanto ao Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira explicou que, apesar de não se realizarem atividades de encerramento de ano letivo, o subsídio atribuído destina-se a apoiar a realização do “Lagares Fashion”, uma atividade que também se tem mantido ano após ano. -----

-----O vereador Mário Alves referiu que a Câmara Municipal, habitualmente, apoiava a realização do “Lagares Fashion” de forma isolada, ao que a vereadora Graça Silva lembrou que “não tem sido esse o nosso entendimento pelo que este subsídio tem sido atribuído, conjuntamente, com o apoio às atividades de encerramento de ano letivo”. -----

-----Sobre as atividades realizadas pelas escolas ao longo do ano e o seu impacto junto dos professores e alunos, foram ainda tecidas algumas considerações, quer pelo Sr. Presidente da Câmara, quer pelos senhores vereadores, tendo o vereador Mário Alves afirmado que “a escola é um local de aprendizagem e não um local de diversão”. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “o país está como está e andamos a investir dinheiro comunitário em festas”, ao que o Presidente da Câmara lembrou que “se as festas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

são realizadas com essas verbas é porque elas existem para esse fim”. Lembrou igualmente que “há uns anos atrás a educação estava direcionada para o trabalho, atualmente, está direcionada para a festa”, frisando que “hoje, somos o que somos fruto dessa aprendizagem e dessa educação, essa é que é a diferença, é que nós fomos educados para o trabalho e, hoje, os jovens são educados para a festa”. -----

-----O vereador Mário Alves disse ainda entender que “ao apoiarmos estas atividades também estamos a contribuir mais para isso do que para outra coisa qualquer”, salientando que “nós temos que educar para o trabalho e não para a festa, estamos a inverter os valores”, ao que a vereadora Graça Silva verificou que “mas eles já vinham invertidos”.-----

-----Pela vereadora Graça Silva foi ainda referido que “tomamos posse há cerca de 2 anos e estamos a inverter gradualmente”.-----

-----Intervieram os vereadores José Carlos Mendes e Telma Martinho corroborando a posição do vereador Mário Alves.-----

-----Pelo vereador José Carlos Mendes foi ainda referido que, na sua opinião, as Atividades Extracurriculares continuam a ser relevantes e, eventualmente, até mereciam ter mais visibilidade do que aquilo que têm, uma vez que ao longo do ano os alunos vão realizando trabalhos de qualidade. Contudo, na sua perspetiva, considera que os apoios basear-se-iam só nessa área, entendendo assim que a Câmara Municipal, nos próximos anos, deve dar a indicação de que não financiará atividades deste tipo, ao que o Sr. Presidente referiu concordar com o vereador José Carlos Mendes.-----

-----O vereador Paulo Rocha defendeu que, à semelhança da deliberação tomada em relação aos subsídios adicionais a atribuir aos Grupos Culturais, a Câmara Municipal tome também uma posição nesse sentido para que as entidades em causa, antes de avançarem com a realização de atividades ou o que quer que seja, procurem, previamente, saber junto da Câmara se há ou não disponibilidade financeira para o efeito e até que montante. Disse reconhecer que “dentro da Câmara Municipal já todos perceberam a mudança do paradigma, mas de facto, no exterior, ainda há muita gente que não percebeu isso, frisando que “e isto não pode acontecer”. Concluiu subscrevendo a posição dos vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes bem como a posição do Presidente da Câmara.-----

-----Pelo vereador José Carlos Mendes foram ainda tecidas breves considerações relativamente ao que a Câmara Municipal pode e deve fazer, no futuro, no sentido de melhorar os níveis de qualidade na área de formação para a educação.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o voto contra do vereador Mário Alves, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, aprovar a presente proposta.-----

-----Mais foi deliberado notificar os Agrupamentos de Escolas do Concelho que, no próximo ano, não serão atribuídos quaisquer subsídios como apoio à realização de atividades de encerramento de ano letivo.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----O Vereador Mário Alves declarou votar contra a presente proposta pelas razões aduzidas na sua intervenção e bem assim pelo facto de discordar da proposta que é feita de atribuição a um pequeno agrupamento de uma verba igual à de um grande agrupamento que só por si tem tantos alunos ou mais que os outros três agrupamentos de escolas juntos.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A-2) CLUBE AUTOMÓVEL DO CENTRO

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao **Clube Automóvel do Centro**, um subsídio no montante de **20.000,00 € (vinte mil euros)**, como apoio à organização do Rali Cidade de Oliveira do Hospital/2012, a pagar de acordo com o seguinte faseamento: -----

-----50% de imediato-----

-----25% até 30 dias-----

-----25% antes da prova-----

-----Prestados os necessários esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da Câmara interveio o vereador Mário Alves, declarando votar contra a presente proposta por considerar que “esta prova/evento não traz valor acrescentado para o concelho de Oliveira do Hospital”, Realçou manter na íntegra o que disse no ano transato relativamente a esta matéria, dentro do conceito do rigor na atribuição de subsídios que tem vindo a desenvolver. Disse entender que é necessário haver maior rigor na organização de eventos, por considerar que “não estamos em período de poder andar a desperdiçar dinheiros públicos”. -----

-----Sobre o assunto, o vereador José Carlos Mendes defendeu a realização deste tipo de atividades, reconhecendo a sua importância para a promoção/divulgação do concelho de Oliveira do Hospital, verificando no entanto que “nada tem sido feito para melhorar os espaços turísticos do concelho”. Disse entender que não basta fazer a divulgação do concelho, pois, na sua opinião, há um conjunto de investimentos que a Câmara Municipal necessita de fazer na área do turismo e que não tem vindo a fazer. Mais referiu que “estamos a investir em divulgação e continua tudo na mesma”, salientando que no caso da Bobadela e de Lourosa muito mais pode ser feito para que o poder de atração seja maior. -----

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o voto contra do Vereador Mário Alves pelas razões acima aduzidas, aprovar a presente proposta. -----

A-3) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Ervedal da Beira**, um subsídio no montante de **495,00 € (quatrocentos e noventa e cinco euros)**, como apoio à colocação de portas na capela de Vale de Ferro, a pagar de imediato.-----

-----Sobre o assunto interveio o vereador Mário Alves verificando que “através documento que nos foi enviado não podemos fazer qualquer análise relativamente ao chamado custo/benefício que é essencial na aplicação na aplicação dos dinheiros públicos”. Salientou ainda que “é uma das razões que me leva a votar contra o Rali Cidade de Oliveira do Hospital e a assumir o mesmo posicionamento relativamente à Volta a Portugal”, frisando que “o custo é superior ao benefício”.--

-----O Presidente da Câmara lembrou que “tanto no rali como na volta a Portugal é entregue à Câmara Municipal o relatório sobre o impacto e bem assim sobre o custo/benefício dos mesmos”.--

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “não compete à Câmara Municipal pagar na íntegra as portas”, salientando que a Fábrica da Igreja em apreço tem dinheiro, pelo que aquela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

entidade deveria, no mínimo, pagar metade do custo das portas, declarando assim abster-se na aprovação da presente proposta. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do Vereador Mário Alves e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

B) APOIO ÀS DESLOCAÇÕES DAS EQUIPAS DE DESPORTO FEDERADO DE FORMAÇÃO-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir os seguintes subsídios às entidades abaixo mencionadas como apoio às deslocações das equipas de desporto federado de formação durante os meses de abril a junho de 2012, a pagar de imediato: -----

Entidade	Total
Associação Desportiva Nogueirense (Futebol 11 e 7)	324,00 €
Futebol Clube de Oliveira do Hospital (Futebol 11 e 7)	323,00 €
Futebol Clube de Oliveira do Hospital (Hóquei em Patins)	477,00 €
Sociedade Recreativa Ervedalense (Futsal)	0,00 €
ARCED (Futsal)	211,50 €
Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense (Basquetebol)	191,25 €
TOTAL	1.526,75 €

2.4 - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL DE PENALVA DE ALVA - PEDIDO DE PEDRAS DE GRANITO-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Tendo presente a carta, datada de 14 de junho de 2012, remetida pela entidade acima identificada, a solicitar a cedência de pedra de granito para edificação de um muro com duas fiadas de cerca de 9,5 metros, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, consultar os serviços técnicos relativamente à existência, ou não, em estaleiro, da quantidade de pedra pretendida a fim de satisfazer o solicitado. Assim sendo, e no caso de se verificar que não existe, em stock, a quantidade de pedra pretendida os serviços deverão solicitar orçamentação do custo total da referida pedra a fim de a Câmara Municipal equacionar a atribuição de um subsídio àquela instituição para aquisição da mesma.-----

2.5 - ACÓRDÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA - PROCESSO Nº 675/04.1 BECBR-----

D.A.G.F./Proc. 32/6/DOC.2



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente um extrato da informação que integra o Acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, datado de 30 de abril de 2012, decorrente do processo nº 675/04.1 BECBR em que são intervenientes, autor – Ministério Público, contra interessado – A.M. Pereira & Pereira, Lda., e réu o Município de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, dando conta que o Tribunal declarou nulos os atos impugnados no âmbito do referido processo tendo em conta que os factos dados como provados violam em simultâneo o Regime Jurídico da reserva Ecológica Nacional e o Regulamento do Plano Diretor Municipal. -----

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, referiu estarem em causa atos por si praticados nos anos de 1999 a 2001 lamentando o desfecho do processo em causa, uma vez que, tendo conhecimento do mesmo, na sua opinião, tratou-se de um erro cometido pelos serviços da Câmara Municipal aquando da emissão de parecer no âmbito do pedido de viabilidade apresentado pelo empresário em causa à autarquia. Disse sentir-se constrangido com tal situação por saber que o empresário em apreço procurou, desde o início, agir dentro da legalidade, acabando envolvido num processo que, até à data, já o fez perder o acesso a milhares de euros de financiamento para a sua empresa por causa de um erro “clamoroso” dos serviços técnicos da autarquia”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu estarem em causa factos sobre os quais ainda pretendia ser esclarecido, reconhecendo no entanto haver razões para que o empresário se sinta revoltado, ao que o vereador Mário Alves também referiu sentir-se revoltado, explicando que “despachei o processo com base numa informação e não forcei ninguém a dar informação positiva ou negativa relativamente ao mesmo”. -----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que “a Câmara Municipal tem agora que tentar minimizar a situação do empresário”. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que a Câmara Municipal deve fazer tudo o que tiver ao seu alcance para tentar resolver este problema pois considera que “o empresário não é minimamente responsável por esta situação”. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.6 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA -----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade e nos termos do nº. 1, do artigo 11º do Regulamento de Controlo Interno, proceder à abertura de uma nova conta bancária na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, especificamente destinada ao movimento das verbas provenientes do processo de transição do Programa MAISCENTRO para o POVT, da designada operação “CENTRO-04-AG54-FEDER-009061 – Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital – Seixo da Beira – Fase II”. -----

2.7 - REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA -----

-----O Presidente da Câmara fez a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- nos termos do disposto no art.º 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica), a assembleia municipal delibera sobre a reorganização administrativa do território das freguesias, cabendo à câmara municipal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

exercer a iniciativa para a tomada de tal deliberação ou, em alternativa apresentar um parecer sobre a reorganização do território das freguesias do respetivo município; -----

----- do conjunto de reuniões havidas com presidentes de assembleias e juntas de freguesia do município formou-se uma opinião unânime de discordância quanto aos parâmetros de agregação e princípios e orientações estratégicas vertidos na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, posição que o executivo em permanência corrobora; -----

-----Assim proponho que a câmara delibere emitir parecer desfavorável à reorganização do território das freguesias do município fundamentado na sua discordância quanto aos parâmetros de agregação e princípios e orientações estratégicas vertidas na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.” -

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara esclareceu que, até ao momento, nenhuma Assembleia de Freguesia ou Junta de Freguesia apresentou qualquer proposta de fusão ou agregação, ao que o vereador José Carlos Mendes mostrou interesse em ter acesso às atas daqueles órgãos onde o assunto foi discutido.-----

-----Pelos membros presentes foram ainda trocadas algumas impressões relativamente a esta matéria. -----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no art.º 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica), deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção dos vereadores Mário Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, conforme declarações de voto apresentadas, emitir parecer desfavorável à reorganização do território das freguesias do município, fundamentado na sua discordância quanto aos parâmetros de agregação e princípios e orientações estratégicas vertidas na Lei acima mencionada. -----

-----Mais foi deliberado submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal nos termos e para efeitos no disposto no nº2 do referido artº 11º.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES -----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na aprovação da presente proposta por discordar da mesma, uma vez que entende que “este momento deve efetivamente ser aproveitado para que no país seja feita uma reorganização administrativa do território”, a qual, na sua opinião, deveria, inclusive, envolver alguns concelhos, e ser devidamente aproveitada, quer para se proceder à alteração de algumas fronteiras, quer para acabar com a divisão por distritos que está estabelecida e, eventualmente, para se fazer uma outra reorganização. Esclareceu assim não estar desta forma a rejeitar a Lei mas sim alguns dos elementos que a compõem.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES -----

-----O vereador José Carlos Mendes declarou igualmente abster-se na aprovação da presente proposta, salientando que “não podemos ignorar a existência desta Lei e o facto de ela querer mexer com as freguesias de todos os concelhos do país, incluindo as do concelho de Oliveira do Hospital”. Disse igualmente estar em causa uma proposta que foi elaborada com base em dados recolhidos pelo executivo em permanência, quando, na sua opinião, deveria ter resultado de elementos provenientes das Assembleias de Freguesia, previamente agendadas para o efeito de acordo com a Lei. --- -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----O vereador Paulo Rocha declarou votar favoravelmente a aprovação da presente proposta, esclarecendo no entanto que, embora concorde com a necessidade uma reforma administrativa do território do país, discorda na generalidade dos parâmetros de agregação e princípios e orientações vertidas na presente Lei, apontando mesmo para uma disposição “chantagista” e do seu conteúdo, afirmando que a mesma se encontra claramente incompleta, sem em simultâneo ser promovida uma alteração/adequação à Lei Eleitoral Autárquica.-----

2.8 - "VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA" - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS-----

D.A.G.F./DOC.3

-----Tendo presente a informação dos serviços, datada de 25 de junho de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, devidamente fundamentada pelos serviços, a Câmara Municipal por proposta do Presidente da Câmara deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e o voto contra do vereador Mário Alves, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Volta a Portugal em Bicicleta, em Oliveira do Hospital”, mediante processo de ajuste direto à empresa “PAD - Produção de Atividades Desportivas, S.A, no valor estimado 40.000,00 € (quarenta mil euros), a que acrescerá o IVA.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O vereador Mário Alves declarou votar contra a aprovação da presente proposta por considerar que “o evento em causa corta o trânsito e cria inúmeros transtornos à população” e bem assim pelo facto de entender que, para além destes inconvenientes, é um acontecimento pontual que, acrescido à realização do Rali Cidade de Oliveira do Hospital/2012 custará ao município cerca de 73.800,00 € quando, na sua opinião, são eventos que não trazem valor acrescentado para o concelho. Lembrou ainda que, do que pôde perceber, esta Volta a Portugal integra 4 equipas portuguesas e 7 equipas estrangeiras.-----

-----O Presidente da Câmara lembrou que a etapa em causa terá transmissão televisiva assegurada, ao que o vereador Mário Alves referiu que “é um evento que já teve dois anos com mediatização e hoje tem a cidade praticamente deserta”, sugerindo ao Presidente da Câmara que consulte os estabelecimentos comerciais e de restauração da cidade, a fim de averiguar, junto dos mesmos, em que é que este tipo de eventos contribuiu para uma maior dinâmica, nomeadamente do tecido empresarial, no domínio da restauração no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----O vereador Mário Alves lembrou ainda que “com 73.800,00 € muita coisa se poderia fazer no âmbito social, dava para ajudar muita gente”, ao que o Presidente da Câmara frisou que “mas não é por causa da Volta a Portugal nem do rali que deixamos de ajudar as pessoas que precisam”. -

2.9 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**2.9.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.P.G.T./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

entre 11 e 27 de junho de 2012, conforme listagem que se dá como em anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

2.10 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

-----**2.10.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 9 e 27 de junho de 2012, e que constam do mapa que se dá como anexo à ata da respetiva reunião.

3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:-----

3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

3.1.1 - AÇÃO SOCIAL:-----

-----**3.1.1.1 – ANDRÉ FILIPE CASEIRO**-----

D.A.G.F.

-----Tendo em conta a situação de debilidade económica do agregado familiar do Sr. André Filipe caseiro Garcia, residente na Lajeosa, a Câmara Municipal de acordo com a informação social nº 18/GASS, datada de 22 de junho de 2012, deliberou, por unanimidade, anular os conhecimentos de dívida (Processo Execução Fiscal) referentes ao consumo de água dos meses de julho a outubro de 2011 e fevereiro a março do ano de 2012 e autorizar que o pagamento da dívida em causa, no montante de 86,10 € (oitenta e seis euros e dez cêntimos), seja efetivado pelo Sr. André através da realização de trabalho comunitário na Junta de Freguesia de Lajeosa, mediante a celebração de um acordo de cooperação entre as partes, num total de cerca de 27 horas, sendo o custo 3,21 € (três euros e vinte e um cêntimos)/hora. -----

-----Mais foi deliberado isentar aquele agregado familiar do pagamento das taxas devidas pela realização de um novo contrato de fornecimento de água, no montante de 28,94 € (vinte e oito euros e noventa e quatro cêntimos).-----

-----**3.1.1.2 – CÉLIA CÁRMEN DA COSTA BORGES**-----

D.A.G.F.

-----O vereador José Francisco Rolo, atendendo ao teor da informação social, datada de 12 de junho de 2012, propôs à Câmara Municipal que, ao abrigo do Programa Ativos Sociais e atendendo a que se trata de uma situação em acompanhamento pela CPCJ, atribua à D.ª Célia Cármem da Costa Borges, residente em Oliveira do Hospital, um subsídio de emergência social no montante de 330,00 € (trezentos e trinta euros), para fazer face às despesas inerentes ao aluguer de uma habitação, uma vez que, de momento, a Câmara Municipal não dispunha de uma habitação social para acolher aquela senhora e a sua filha de 10 anos de idade.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----Mais foi deliberado que, em contrapartida ao subsídio ora atribuído, a D. Célia Cármem da Costa Borges realize trabalho socialmente útil, num total de 103 horas, na Fundação Aurélio Amaro Dinis, sendo o valor da hora 3,21 €.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA-----

-----3.2.1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-----

D.A.G.F./DOC.6

-----A Câmara Municipal sob proposta da vereadora Graça Silva deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, com as alterações/correções propostas pelo Vereador Mário Alves, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e submetê-lo a inquérito público nos termos do artº 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----3.2.2 - PROPOSTA DE NORMAS REGULAMENTARES – PROGRAMA “JOVEM + SOLIDÁRIO”-----

D.A.G.F./DOC.7

-----A Câmara Municipal sob proposta da vereadora Graça Silva deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de normas regulamentares do Programa “Jovem + Solidário”, visando a ocupação dos tempos livres dos jovens, reforçando a sua participação na sociedade, no período de férias escolares, no decorrer dos meses de agosto e setembro, com as alterações/correções propostas pelo Vereador Mário Alves, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

-----3.2.3 - PROPOSTA DE PROTOCOLO CULTURAL INTERMUNICIPAL-----

D.A.G.F./DOC.8

-----A Câmara Municipal sob proposta da vereadora Graça Silva deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo do Projeto “Cultura Intermunicipal” a celebrar com os Municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Seia e Tábua, visando a promoção do intercâmbio cultural, desportivo e recreativo através do fomento à itinerância de grupos culturais, desportivos e recreativos, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

-----3.2.4 – AEC – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – INFORMAÇÃO-----

D.A.G.F.

-----A vereadora Graça Silva auscultou os senhores vereadores relativamente à eventual transferência do processo relativo à admissão de professores, no âmbito das AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular, para a ADEPTOLIVA, com a coordenação pedagógica da Câmara Municipal e mediante assinatura de protocolo. -----

-----O vereador Mário Alves interveio referindo que “por falar em EPTOLIVA agora já lá temos um Catedrático...”, frisando que “Oliveira do Hospital também já não tem gente para gerir a EPTOLIVA e tivemos que fazer uma “importação político-partidária”, ao que o Presidente da Câmara discordou afirmando que “não é uma importação político-partidária senhor vereador”. -----

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves o Presidente da Câmara mais referiu “para si é tudo político-partidário...”. -----

-----O vereador Mário Alves disse considerar que “em Oliveira do Hospital havia gente capaz de tomar conta da EPTOLIVA estando identificada com o território e estando identificada com aquilo que são os princípios daquela entidade, e portanto, condeno essa opção”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara disse tratar-se de uma escolha de uma direção, lembrando que “era isso que o senhor, no anterior mandato, dizia nas Assembleias Municipais, quando questionado acerca desta matéria”, ao que o vereador Mário Alves respondeu que “isso não invalida que eu faça a minha crítica”. -----

-----O vereador Mário Alves dirigindo-se ao Presidente da Câmara mais referiu que “não estou a dizer que volte atrás com essa opção nem estou a interferir naquilo que foi a sua decisão apenas estou a manifestar a minha opinião relativamente à opção que foi tomada”. Lembrou ainda que “no anterior mandato os responsáveis pela EPTOLIVA tinham sido políticos eleitos, e hoje, a pessoa que foi nomeada, não foi um político eleito”, frisando que “não é a mesma coisa, e o senhor sabe disso”. -----

-----O Presidente da Câmara disse não ter, no entanto, contrariado a Lei, entendendo assim que estão em causa perspetivas diferentes sobre a mesma questão. Lembrou ainda que a Câmara Municipal subsidia as AEC em cerca de 50.000,00 €. -----

-----Ainda no que se refere às AEC, o vereador Paulo Rocha explicou que no registo entre receitas e despesas das AEC já se verifica um prejuízo para a autarquia, o qual tem vindo a aumentar face à limitação do valor do financiamento cedido por parte do Estado e bem assim face à redução do número de alunos. Mais referiu que o custo de cada professor é exponencialmente mais caro se o número de alunos for mais reduzido. -----

-----**Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, manifestar intenção de protocolar com a ADEPTOLIVA, em termos a aprovar pela Câmara Municipal, a organização das AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular no ano letivo 2012/2013, tendo o vereador Mário Alves declarado abster-se na aprovação da presente proposta por considerar que os professores das AEC vão ser prejudicados uma vez que a ADEPTOLIVA não tem as mesmas condições financeiras que a Câmara Municipal para poder assumir os custos decorrentes das AEC.**-----

3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----

-----**3.3.1 - LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO** -----

D.A.G.F./DOC.9

-----O vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal que o Decreto-lei que regulamenta a Lei dos Compromissos já foi publicado na passada semana, distribuindo cópia do mesmo, por todos os membros presentes. -----

-----Tendo presente o Mapa de Fundos Disponíveis do Município o vereador Paulo Rocha informou que o mesmo carece de aprovação pela Câmara Municipal, até ao 5º dia útil de cada mês, dando conta que, no que se refere ao mês de junho, a Câmara Municipal registou fundos disponíveis positivos. Mais referiu que no que se refere a pagamentos em atraso o decreto-lei em causa vem esclarecer muitas dúvidas relativamente a esta matéria, nomeadamente sobre aquilo que é ou não considerado como “pagamento em atraso”, sublinhando que “a Câmara Municipal tem pagamentos em atraso que atingem, à data de 27 de junho de 2012, cerca de 40.000,00 € (quarenta mil euros)”, conforme mapa emitido pelo programa informático, salientando no entanto que “destes pagamentos em atraso não há nenhum que seja por motivo imputável à Câmara, ou seja, não relevam nos termos da lei”. -----

-----Pelo vereador Paulo Rocha foram ainda prestados esclarecimentos adicionais relativamente à aprovação de encargos plurianuais por parte da Câmara Municipal, bem como à necessidade de se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

proceder, previamente, à elaboração do respetivo compromisso dos subsídios a atribuir pela autarquia alertando o executivo para a responsabilidade de cada um dos intervenientes nestes procedimentos.-----

-----O vereador Mário Alves disse que a Câmara Municipal deveria passar a fazer a apreciação prévia de cada um dos subsídios a atribuir.-----

-----Depois de uma troca de impressões sobre o assunto o vereador Paulo Rocha chamou igualmente à atenção da Câmara Municipal para a necessidade de se reforçar a verba do Fundo de Maneio que está afeta ao setor de aprovisionamento, posição que foi corroborada por todos os membros presentes. -----

-----Ainda sobre este assunto, foram tecidas breves apreciações por parte do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o Mapa de Fundos Disponíveis do Município referente ao mês de junho e aprovar o referente ao mês de julho, conforme documentos em anexo e que ficam a fazer parte integrante desta ata. -

-----3.3.2 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS MUNICIPAIS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL (EMIF OHP 01 E 02) - VIGILÂNCIA MÓVEL, ENQUADRADAS NO PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM 2012) -----

D.A.G.F./Proc.32/9/DOC.10

-----Tendo presente a informação do Gabinete de Coordenação a Ação Local nº 016/2012, datada de 5 de junho, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à transferência da verba de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros) para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital (correspondente a 5 homens/3 meses) e 3.000,00 € (três mil euros) para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira (correspondente a 2 homens/3 meses), ou seja, o equivalente a 500,00 €/elemento/mês, para apoiar o funcionamento das Equipas Municipais de Intervenção Florestal (EMIF OHP 01 e 02) - Vigilância Móvel, enquadradas no Plano Operacional Municipal (POM 2012). -----

-----3.3.3 – AJUSTE DIRETO DE “AQUISIÇÃO DE UMA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA” – COMPROMISSO PLURIANUAL-----

D.A.G.F.

-----Considerando que por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 6 de março de 2012, foi autorizado o Ajuste Direto de “Aquisição de uma Plataforma Eletrónica de Contratação Pública”; -----

-----Considerando que por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 12 de março de 2012, foi adjudicada a prestação de serviços correspondente; -----

-----Considerando que a minuta do respetivo contrato foi aprovada por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 12 de março de 2012; -----

-----Considerando que o contrato em causa determina uma repartição de encargos desde o corrente ano até 2015, distribuída de acordo com a seguinte estimativa: -----

----- No Orçamento de 2012, a estimativa de custo ascende a 6.748,09€ (seis mil, setecentos e quarenta e oito euros e nove centimos), incluindo o IVA à taxa legal em vigor; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- No Orçamento de 2013, tem de ser assegurada a estimativa de custo que ascende a 8.523,90€ (oito mil, quinhentos e vinte e três euros e noventa centimos), incluindo o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- No Orçamento de 2014, tem de ser assegurada a estimativa de custo que ascende a 8.523,90€ (oito mil, quinhentos e vinte e três euros e noventa centimos), incluindo o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- No Orçamento de 2015, tem de ser assegurada a estimativa de custo que ascende a 1.775,81€ (mil, setecentos e setenta e cinco euros e oitenta e um centimos), incluindo o IVA à taxa legal em vigor; -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar, ao abrigo da alínea c), do nº. 1, do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária ratificação da autorização deste compromisso plurianual. -----

-----3.3.4 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA “REVISÃO DO PROJETO EDUCATIVO LOCAL E CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL” – COMPROMISSO PLURIANUAL-----

D.A.G.F.

-----Considerando a intenção de contratação da prestação de serviços para “Revisão do Projeto Educativo Local e Carta Educativa Municipal”, mediante um processo de ajuste direto no valor estimado de 19.700,00 € (dezanove mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

-----Considerando que, de acordo com o cronograma apresentado, esta prestação de serviços irá, previsivelmente, decorrer até Junho de 2013; -----

-----Considerando que se prevê o pagamento de uma tranche de 20% do montante da proposta com a entrega dos documentos finais; -----

-----Considerando que o contrato em causa determinará uma repartição de encargos desde o corrente ano até 2013, distribuída de acordo com a seguinte estimativa: -----

----- No Orçamento de 2012, a estimativa de custo ascende a 19.384,80 € (dezanove mil, trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta centimos), incluindo o IVA à taxa legal em vigor; -

----- No Orçamento de 2013, tem de ser assegurada a estimativa de custo que ascende a 4.846,20 € (quatro mil, oitocentos e quarenta e seis euros e vinte centimos), incluindo o IVA à taxa legal em vigor; -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar, ao abrigo da alínea c), do nº. 1, do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal, a necessária autorização deste compromisso plurianual. -----

-----3.3.5 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DESTINADO AO ALUGUER, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE STANDS E EQUIPAMENTOS AFINOS NO ÂMBITO DA EXPOH 2012-----

U.D.E.S/DOC.11

-----Sobre o assunto mencionado em epígrafe, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, devidamente fundamentada, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Aluguer, montagem e desmontagem de stands e equipamentos afins no âmbito da EXPOH 2012” mediante processo de ajuste direto, à empresa MULTITENDAS – Comércio e Aluguer de Tendas, Lda., com



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

sede em Rua do Parque Industrial, nº 9, 4700-670 Braga, no valor estimado 14.955,00 € (catorze mil, novecentos e cinquenta e cinco euros) a que acrescerá o IVA. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas catorze horas e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 28 de junho de 2012-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
28 DE JUNHO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**